

# A *politicagem* na instrução pública da Amazônia imperial

combates à *política d'aldeia*

Irma Rizzin\*

## Resumo:

Neste artigo a autora analisa os conflitos gerados pelas práticas do *patronato* e da *politicagem* na instrução pública primária da Amazônia *brasileira* (1870-1889), especialmente no interior do Pará e do Amazonas. Percebe-se, pelos discursos oficiais e denúncias nos jornais, de pais e moradores das pequenas localidades, que a interferência da política eleitoral na educação atingia diretamente o cotidiano escolar. Embora diversas iniciativas regulamentares tenham sido tomadas ao longo do Segundo Reinado, de forma a preservar a escola pública da sanha clientelista das autoridades, o uso *politiqueiro* da instrução persistiu até o final do Império, pejorativamente identificado à *política d'aldeia*, conforme destacam os relatórios de diretores da instrução e visitantes escolares.

*AMAZÔNIA; AMAZONAS; PARÁ; HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO; EDUCAÇÃO PÚBLICA; CLIENTELISMO.*

---

\* Doutora em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)/ (bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ).

# The local Politics on the public introduction in the Imperial Amazon

combats the aldeia's politics

*Irma Rizzin*\*

## Abstract:

In this article the author analyses the conflicts that resulted from the practices of the local politics in the primary education system at Brazilian Amazon (1870-1889), particularly in the heart of Pará and Amazonas. It becomes clear from the official discourses and from the complaints by parents and inhabitants from small localities, published in newspapers, that the local election politics interfered directly in the daily school life. Despite the fact that several regulatory initiatives took place during the 19<sup>th</sup> century, in an attempt to protect the public school system from the *clientalism* of the Brazilian authorities, the negative influence of such local politics remained until the end of the Imperial period, as highlighted by the reports issued by the school principals and inspectors.

*AMAZON; AMAZONAS; PARÁ; HISTORY OF EDUCATION; PUBLIC EDUCATION; LOCAL POLITICS.*

---

\* Doutora em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)/ (bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ).

## Introdução

*Seja um bom capanga eleitoral,  
será também um bom professor!<sup>1</sup>  
A constituição, 8 ago. 1882*

Ao longo do Segundo Reinado, o movimento de regulamentação da instituição escolar, de uniformização e profissionalização da prática docente, intensificou-se nas províncias do Pará e do Amazonas. O processo de afirmação da escola elementar, nas capitais e no interior, marcado pelos conflitos entre governo, população e professorado, sofreu a ingerência direta dos interesses políticos, eleitorais e do clientelismo do Estado. Este artigo debruça-se sobre as tensões geradas por esse processo, tornadas públicas por meio dos intensos debates propiciados pela imprensa local.

Os jornais locais mostraram o quanto a imprensa estava comprometida com a educação popular na região, analisando, combatendo, propondo reformas ou enaltecendo as suas instituições educacionais. Um exemplo refere-se às colunas “a pedidos” ou “solicitados” dos jornais paraenses, as quais retratavam os conflitos envolvendo delegados literários, professores, professoras e seus cônjuges, alunos e pais. Aldrin Moura de Figueiredo (s.d., p. 3), muito propriamente, observa que as transcrições das cartas vindas de paragens distantes nas colunas das gazetas paraenses diminuam as excessivas distâncias da região amazônica. Os contatos entre o interior e a capital eram amplos, quase sempre estabelecidos pelas relações políticas e partidárias, amparadas pelos laços familiares.

Vários jornais do Pará e do Amazonas do período foram consultados, no entanto, privilegiamos para análise as cartas das gazetas paraenses *A Província do Pará* e *A Constituição*, pela atenção dada ao tema da instrução pública e, especialmente, pela publicação das cartas e abaixo-assinados de pais e moradores a respeito das escolas públicas de seus

---

1. *A Constituição*, Belém, 8 de agosto de 1882 (Carta de um morador da Vila de Muaná, Pará, de 16 de julho de 1882).

filhos e protegidos. Sendo o primeiro simpatizante do partido liberal, e o segundo, órgão do partido conservador, não é difícil imaginar que a abordagem das ações educacionais na província estivesse condicionada às posições políticas de cada folha. As cartas refletem esse posicionamento, através do rodízio de denúncias contra a administração pública, de acordo com a situação dominante: liberais no poder, cartas e artigos acusatórios publicados n' *A Constituição* e vice-versa<sup>2</sup>.

É impossível e até desnecessário entrar no mérito do que era verdadeiro ou falso; a publicação das cartas indica que tais ocorrências, algumas relacionadas a questões íntimas das vidas desses atores, eram possíveis e pertenciam à construção da experiência escolar na província. O fato de tornar público os conflitos do cotidiano escolar sugere que as vivências e as questões pertinentes à instrução pública eram de interesse de um grupo mais extenso do que o dos representantes do Estado. O Pará tinha um corpo significativo de escolas, alunos, docentes e inspetores; as relações entre estes níveis extrapolavam o interesse da Diretoria de Instrução, pois repercutiam nas famílias e fomentavam os embates partidários, quando a divulgação das denúncias tinha o claro propósito de demonstrar a decadência da instrução promovida pelo governo opositor. Os jornais amazonenses não recuaram ante o tema da instrução e da educação do povo, foco de discussões em todo o Império. Entretanto, os paraenses cederam espaço à crônica escolar de uma forma pouco freqüente na imprensa da província vizinha.

Em todo o Império brasileiro, as províncias lutavam por firmar o modelo escolar e fomentar, entre a população, a aceitação e até a demanda da educação oferecida pelo Estado. Na Amazônia, a interiorização da escola pública tornou-se uma meta dos governos, sobretudo, a partir da década de 1870. O crescimento do número de escolas masculinas e femininas nas duas últimas décadas do Império é notório na região, nas capitais, cidades, vilas e povoados do interior. Em se tratando de uma extensa área geográfica, que ocupava cerca da metade do terri-

---

2. O jornal *A Constituição* foi fundado em 1874 e *A Província do Pará* em 1876, na cidade de Belém.

tório brasileiro, com baixíssima densidade populacional, o esforço de disseminar a instrução popular é digno de nota. Outras características populacionais impunham dificuldades ao projeto educacional, como a diversidade étnica e as atividades a que as famílias se dedicavam, obrigando-as a uma mobilidade desfavorável à continuidade exigida pela formação escolar.

A despeito dos obstáculos exaustivamente descritos pelas autoridades da instrução pública, a população do interior não necessariamente rejeitou o esforço educacional dos governos. Pais de famílias e demais moradores dos povoados, sobretudo no Pará, absorveram a escola como um projeto para seus filhos, cobrando dos poderes públicos tudo o que entendiam ser necessário para a plena formatação da escola.

A escola pública da Amazônia imperial é uma instituição que desbravou os *desertos* da região, instalando-se nos locais onde houvesse 10 ou 15 crianças para estudar. Nascia enraizada na pequena localidade, pois geralmente a proposta de sua criação provinha do próprio local, por professores ou moradores. Embora fosse uma instituição do Estado no meio da *selva*, devendo atender às normas e exigências regulamentares, estava imiscuída na política local. Mas não ignorou as demandas e necessidades dos pais, correspondendo, por exemplo, à necessidade de mobilidade acarretada pelas atividades laborais de muitos, nos casos em que escolas eram transferidas de local em determinado período do ano.

Nas décadas de 1870 e de 1880, o debate relativo à educação do povo expandiu-se do âmbito governamental, envolvendo a sociedade letrada de Belém e Manaus, sob a influência das idéias liberais e sob o domínio das paixões partidárias. A educação tornava-se uma prioridade para liberais e conservadores. Atentos às grandes questões do Século das Luzes, governantes e governados estavam com os pés fincados na terra local, utilizando intensamente os recursos oferecidos pelas instituições educacionais em benefício dos mecanismos eleitorais. As demissões e novas admissões de professores e funcionários das instituições educacionais públicas, nos períodos de mudança de gabinete, incendiavam as discussões nos jornais de Belém e Manaus. Os diretores da instrução pública não se cansaram de repudiar o envolvimento de

professores no processo eleitoral das cidades, vilas e povoados do interior. Pais de alunos e moradores das pequenas localidades do interior das províncias forçaram a abertura de nichos de participação nas questões da instrução oficial, através das cartas aos jornais e às diretorias de instrução pública. Para o “bem” ou para o “mal”, a educação do povo alcançou uma posição de destaque na região, no âmbito da população, do Estado e da Igreja.

A *política d'aldeia* foi o grande vilão da *instrução popular* do Pará – raro é o relatório provincial que não a menciona. Como veremos a seguir, através da imprensa é possível perceber como essa política agia, como interferia no cotidiano na escola e como os familiares, tutores e protetores dos alunos reagiam a essa força com que os setores públicos e privados, ao mesmo tempo em que se empenhavam numa luta de resistência, eram atraídos por ela. Atribuía-se o fazer *politica d'aldeia ou de botocudos* ao adversário que, no âmbito da instrução pública, permitia a manutenção de práticas abusivas<sup>3</sup>. O termo remetia-se tanto às características das pequenas localidades quanto à vida *selvagem* de parte dos habitantes da província, que povoavam o imaginário das elites ilustradas de temores de serem confundidos com seres tidos por tão pouco civilizados. A expressão jocosa, usada no Senado pelo conselheiro Martinho Campos, quando chamou os paraenses de *cidadãos de arco e flecha*, fora rejeitada pela imprensa paraense, às vezes, de forma bem-humorada, como o fez o jornalista d'*A Província do Pará* ao comentar a notícia d'*O Liberal do Pará*, de que o frei Sebastiani quisera catequizar os paraenses no sermão dado na igreja de Nazareth, em Belém – “O culpado [pela idéia de *catechisar-nos*] é quem nos chama de *cidadãos de arco e flexa*, sem compreender o mal que pôde causar-nos a pilheria nos espíritos dos freis Sebastianis”<sup>4</sup>.

---

3. *A Província do Pará*, Belém, 23 de outubro de 1877. O termo foi empregado quando o jornal analisava o critério da frequência mínima para o fechamento de escolas, o qual, não teria sido respeitado pelo governo paraense.

4. *A Província do Pará*, Belém, 11 de abril de 1885. O presidente do Amazonas José Paranaguá, em carta ao Barão de Loreto, comenta o assunto (Manaus, carta de 18 de janeiro de 1884. Arquivo Nacional, GF-Coleção Barão de Loreto).

## Entre *pais*, *chefes de família* e *mandões d'aldeia*: imagens e usos da escola

As três categorias citadas nesse título são referendadas na documentação em relação às povoações e escolas do interior. Dificilmente são encontradas referências às famílias das capitais, e as lideranças entre os moradores são sempre relativas às cidades, vilas e povoações afastadas do centro do poder público alocado em Belém e Manaus. São categorias extraídas do senso comum, que circulavam nos diversos textos relativos à educação, portanto, seus autores não se preocuparam em descrevê-las com maior acuidade. Pais e chefes de família são tratados aqui como duas categorias diferenciadas, porque pudemos perceber essa forma de uso nos textos. Os *pais* são geralmente lembrados quando se tenta expor a indiferença, a repugnância e a ignorância manifestadas quando se trata da instrução dos filhos, portanto a categoria surge carregada de negatividade. Os *chefes* ou *pais de família*, em sentido positivo, são lembrados como vítimas da incúria de professores e inspetores escolares, basicamente citados nas cartas de moradores publicadas nos jornais. O termo impõe uma respeitabilidade exigida pelos missivistas quando se sentem aviltados pela imoralidade ou incompetência dos executores da instrução. Os *mandões* são os chefes locais, sempre empregados pelos autores de forma pejorativa. Mandões podem ser os homens mais ricos da localidade, porém geralmente estão relacionados aos poderes do Estado, tais como, militares, representantes das câmaras municipais e juizes. Eles mandam na *aldeia*, outra referência negativa associada aos pequenos núcleos populacionais, sem deixar de evocar os traços indígenas dos modos de vida de grande parte da população.

A indiferença dos pais pela instrução dos filhos é uma das principais causas atribuídas ao “atraso da instrução” na região, em todo o Segundo Reinado, especialmente no Amazonas. No período 1870-1889, os pais do interior serão lembrados principalmente por esse descuido, explicado pela “indiferença senão repugnancia pela instrucção da infância” nos lugares distantes e pouco povoados. Já nos grandes povoados, habitados por uma “população mais desenvolvida pela educação”, haveria maior recepção dos pais à instrução da infância, podendo-se ampliar o

ensino público. Portanto, para o diretor da instrução amazonense, a educação oferecida deveria ser diferenciada, conforme as “necessidades da população”, posição defendida por outros administradores. No entanto, na hora do planejamento, as propostas iam de encontro às percepções dos gestores sobre as necessidades do povo. Assim, o diretor Ramos Ferreira propôs que o ensino nas escolas das pequenas localidades do Amazonas se restringisse ao estritamente necessário, priorizando-se o ensino moral e religioso<sup>5</sup>. A ênfase nesse tipo de formação denota bem qual era a imagem das elites letradas sobre a população que vivia “disseminada” na região. No relatório do ano seguinte (1872), Ramos Ferreira volta ao tema após analisar o estado da instrução no Amazonas, respaldado pelas visitas feitas a escolas do interior. Dentre as causas que concorriam para retardar o desenvolvimento da instrução pública na província, a primeira arrolada foi a “indiferença ou repugnância da população pela instrução e educação da infância”<sup>6</sup>. Nesse ponto, o diretor acusa a ignorância dos pais, mas não se furta de expor um problema interno à educação oferecida pelas escolas, “a repugancia [provém] da demora prolongada dos meninos nas escolas, de onde sahem no fim de 8 ou mais annos com pouco ou nenhum resultado [Pará, 25 mar. 1875, anexo 3, p. 2].

A permanência de oito anos na escola é surpreendente quando está referindo-se a pais que não dariam importância à educação oferecida

- 
5. Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública da Província do Amazonas. Em Amazonas, 25 mar. 1871, anexo IV, pp. 2-4.
  6. Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública da Província do Amazonas. Em Amazonas, 25 mar. 1872, anexo 3, p. 2. Nesse período, os conceitos de instrução e educação diferenciam-se e tornam-se objetivos do ensino público, como mostrou Alessandra Martinez (1997) ao analisar a instrução na corte. O diretor amazonense preocupou-se em distinguir os dois objetivos ao discorrer sobre o estado da instrução na província. Para Ferreira, “A *instrucção* tem por objecto e fim principal o desenvolvimento da intelligencia e a acquisição de copia d’idéas que sirvão para alcançar novos conhecimentos no decurso da vida”, e, “A *educação* tem por objecto e fim principal os costumes, a repressão dos máos instintos e o desenvolvimento das qualidades nobres do coração, que, habituando o homem á incessante abstenção do mal e á pratica constante do bem, o habilitão para ser util, no decurso da vida, á si e á humanidade de que faz parte” (Amazonas, 25 mar. 1872. grifos meus).

pelo Estado. Pela documentação disponível, não é possível resgatar o tempo de permanência das crianças nas escolas, nem tampouco os resultados do ensino, a não ser pelos exames finais dos quais poucos obtinham resultado favorável, dificuldade vivida por outras províncias. Quanto aos anos de estudos, os relatórios informam que a continuidade dos estudos primários de 2º grau não despertava o interesse da população, no caso do Pará. Tal aspecto não pôde ser checado para o Amazonas, já que os relatórios oficiais desta província não empregavam a categoria tipo ou nível da escola na estatística escolar.

Uma notícia publicada em 1873, no jornal da diocese do Pará, *A Boa Nova*, evidencia como a noção da importância formadora da escola podia ser apropriada por um chefe local, levando-o a “aconselhar” os pais a mandarem filhos e filhas às escolas. Segundo o jornal, o tenente-coronel residente no Mosqueiro conseguiu vencer a repugnância de muitos pais, tornando a freqüência escolar digna de nota para uma população tão diminuta. O *mandão d’aldeia* é transformado pelo olhar religioso no *anjo tutelar desse povo*, sobretudo por ter estabelecido um “cordão sanitário” no local contra as “perniciosas e subversivas doutrinas” divulgadas pelas idéias maçônicas da folha *O Pelicano*. O militar hospedava o bispo do Pará, dom Antonio de Macedo Costa, que buscou a tranqüilidade da bucólica ilha para cuidar da saúde e de seu fiel rebanho, tendo rezado missa e explicado o evangelho de modo a ser compreendido pelo povo da freguesia<sup>7</sup>.

Ao discorrer sobre as casas escolares na capital, o presidente do Pará volta-se aos pais, indicando ter expectativas mais amplas com relação ao *pai de família*, esperando dele não só o reconhecimento da utilidade de instruir o filho, mas que tomasse “contas ao mestre, sendo o principal fiscal e cooperador da honrosa tarefa de desenvolver a instrução” – “não é conveniente esperar tudo do Estado” –, defende Vicente de Azevedo, preocupado tanto com a fiscalização das escolas e

---

7. *A Boa Nova*, Belém, 1 de outubro de 1873. Este foi um período de debates efervescentes a respeito das querelas entre os maçons e os bispos do Pará e de Olinda, personagens da chamada questão religiosa.

dos professores quanto com a precariedade do ensino particular, irrelevante numericamente no Pará e no Amazonas em meados da década de 1870, e muito inferior ao ensino primário público até o final do Império<sup>8</sup>.

A fiscalização das escolas pelos pais de família, tornando-os aliados dos governos na causa da instrução do povo, é defendida em mais dois relatórios oficiais da década de 1880. O diretor da instrução no Pará, insatisfeito com as lutas políticas que comprometiam a fiscalização dos inspetores permanentes, propõe o incremento da “inspeção amovível das escolas”, em que os “pais de família” teriam uma participação estratégica ao relatarem suas queixas e votos, a serem registrados no relatório do visitador e publicados no jornal oficial. As seções oficiais dos jornais, em que eram publicados os “despachos da presidência”, nos advertem que essa participação ocorria por iniciativa dos próprios pais, através das representações contra professores, cabendo ao governo capitalizar essa verve fiscalizadora das famílias. “*As escolas, disse eu, são o direito das populações*”, proclamou o diretor da instrução paraense em 1885, apresentando uma série de propostas para ampliar o número de escolas e garantir a frequência dos alunos, chegando a propor que em cada localidade onde houvesse a aglomeração permanente de 120 habitantes fosse instalada uma escola elementar para cada sexo e que onde residisse 300 indivíduos, uma efetiva, também para cada sexo<sup>9</sup>.

A extinção de escolas com menos de 20 alunos, do interior do Amazonas em 1877, sob a administração de Pereira da Silva, levou os moradores de Badajós a dirigirem um abaixo-assinado ao governo pedindo o restabelecimento das escolas masculina e feminina (Amazonas, 1878, p. 8, 25 ago. 1878, p. 17). Esse tipo de reação das famílias e protetores

---

8. Pará, 15 de fevereiro de 1874, p. 18. José Verissimo (1892), diretor da instrução paraense em 1890, considerou excessivo e desnecessário o número de estabelecimentos particulares no Estado (34, sendo 15 internatos). Entretanto, comparado com o ensino primário público (417 escolas, frequência de 9.240 alunos), o ensino primário particular estava bem aquém (frequência de 1.680 alunos).

9. Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública da Província do Pará. Em Pará, 18 de abril de 1885, anexo A, pp.105-107.

raramente é mencionado na documentação oficial, mas é um registro importante que assinala que os pais não permaneceram impassíveis ante as políticas de criação e extinção de escolas adotadas pelos corpos de deputados da Assembléia Provincial e pelos administradores. As cartas e abaixo-assinados publicados nos jornais indicam esse pressuposto, embora não saibamos que pais eram esses, suas condições de vida e atividades laborais, posição na comunidade, nível de escolaridade, dentre outras características. No relatório de 1879, o leitor é informado que o professor designado para a povoação de Badajós assumiu a cadeira em abril do mesmo ano, mostrando que os abaixo-assinados repercutiam nas decisões governamentais (Pará, 28 ago. 1879, p. 36).

Pedidos de mudanças do local da escola também chegavam à Diretoria da Instrução, conforme é relatado em 1875 pelo presidente do Pará. Os habitantes de vila Franca, acordados com os professores, solicitaram e obtiveram autorização para alternar entre dois distritos o funcionamento das escolas: de janeiro a junho, no 1º distrito, e de julho a dezembro, no 2º, conforme a “conveniencia dos ditos moradores e em aproveitamento dos alunos”. Outra mudança foi concedida à professora da freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Tocantins, que a pedido dos moradores, passou para o lugar denominado São Benedito. As mudanças podiam estar relacionadas às atividades laborais das famílias, as quais, visando manter os filhos nas escolas, entraram em acordo com os professores e com a administração pública (Pará, 17 jan. 1879, p. 23).

No decorrer dos anos, a instrução primária, que tanto preocupava seus defensores quanto aos meios de torná-la obrigatória, dá indícios de estar sendo incorporada pela população como um direito. É o que o indicam os pedidos ou abaixo-assinados requerendo a estatização de escolas primárias particulares, a criação de novas escolas e apresentando queixas de professores<sup>10</sup>.

---

10. A lei n. 1547 de 1883 previa no artigo 43 a subvenção pelo governo paraense à escola particular freqüentada por mais de 15 alunos, onde não houvesse escola pública ou subvencionada pela província, tendo direito a uma subvenção anual de 400\$, não podendo recusar a matrícula aos alunos que a procurassem. Na discussão da lei pelos deputados provinciais, a opinião defendida pela maioria era a de

O conselho diretor da instrução do Pará – criado para auxiliar os diretores na avaliação das reclamações, pedidos etc. de professores, pais e demais envolvidos no ramo – recebeu em 1885 um abaixo-assinado de moradores da povoação Jauacá pedindo que a escola particular aberta pelo professor com a frequência de 18 alunos fosse considerada elementar (pública). Outro abaixo-assinado é citado no relatório, agora para reclamar a respeito das faltas do professor elementar do lugar Tupinambá, solicitando que o mesmo “não continue a abandonar sua escola em prejuízo do serviço da instrução publica” (Pará, 25 mar. 1886, p. 23). Ao final dos anos de 1880, os pedidos de criação de escolas provisórias chegaram a incomodar a Diretoria da Instrução paraense pelo tom imperioso e exigente dos solicitantes das mais longínquas localidades. O diretor Americo Santa Rosa considerou muitos deles “desarrazoados”, pois implicariam abrir escolas por todos os pontos da província, fomentando uma demanda que o governo não teria como atender<sup>11</sup>.

Os abaixo-assinados, vindos das mais diversas localidades, evidenciam a crescente escolarização do Pará, decorrente não apenas de uma política de governo, mas instigada pela percepção da legitimidade do processo por uma parcela da população que passa a reivindicar a criação de escolas e o compromisso do professorado com o ensino. José Gondra e Daniel Lemos analisaram uma série de abaixo-assinados redigidos por moradores das diversas freguesias da cidade do Rio de Janeiro entre 1869 e 1888, quase todas afastadas da corte, localizadas em áreas onde o ensino público se apresentava mais precário. Para os autores, as reivindicações de moradores, pais de família, comerciantes, entre outros, evidenciam que a escolarização não pode ser reduzida a um movimento resultante de um projeto do Estado, sem considerar-se as demandas de parte da população no sentido da extensão da rede escolar.

---

que a “confiança dos pais de família” era muito mais valiosa do que a da presidência na escolha das escolas a se tornarem elementares através do subsídio estatal (*A Constituição*, Belém, 27 jul. 1883. Assembleia Legislativa da Província do Pará, Sessão ordinária em 11 de abril de 1883, 2ª discussão do projeto n. 1547).

11. Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública da Província do Pará. Em: Pará 27 ago. 1889, p. 33.

Os atos da Diretoria da Instrução, interferindo diretamente nas escolas à revelia dos interesses locais, acabavam por constituir-se fator de mobilização dos chefes de família em favor dos professores. Um exemplo contundente refere-se à reação dos pais de alunos que freqüentavam a escola masculina de Soure, no Pará. O professor normalista, tendo sido transferido para Quatipurú contra a sua vontade, conseguiu mobilizar as lideranças locais a seu favor. O reclamante anexou ao recurso interposto ao governo vários documentos comprobatórios de sua competência e seriedade, incluindo atestados do presidente da Câmara Municipal de Soure e de alguns proprietários e comerciantes, cujos filhos estudavam na dita escola da vila (A província do Paraná, 5 e 6 dez. 1885). A escola era freqüentada por crescido número de alunos, entretanto, o professor acionou apenas o testemunho dos homens cujas posições na escala social teriam condições de legitimar o seu pedido.

Vimos, pela análise empreendida até o momento, vários pontos que, segundo os atores envolvidos na trama da instrução, emperravam a operacionalização das metas oficiais e das expectativas dos beneficiários do sistema. Entretanto, é o uso *politiqueiro* do serviço da instrução pública o maior problema identificado por aqueles envolvidos direta ou indiretamente nas questões relativas à difusão do ensino nas províncias, especialmente no Pará.

## Os combates ao *patronato* e à *politicagem* na instrução pública

Richard Graham (1997, p. 86), no estudo sobre *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, ressalta que os presidentes de província exerciam um papel articulador do sistema clientelista entre as províncias e o governo central, com o objetivo de gerar dividendos eleitorais a favor do gabinete. O apadrinhamento constituía o principal instrumento de cooptação de partidários leais ao gabinete, levando os presidentes a intervir em numerosos assuntos, pequenos e grandes. Essa observação é corroborada pelas cartas de pais de família e moradores do interior, especialmente do Pará, que preferiam remeter suas queixas e reivindica-

ções relativas às escolas públicas diretamente ao presidente da província, para daí serem encaminhadas à diretoria de instrução. O professor constituía alvo privilegiado das investidas dos reclamantes.

O professor era um agente importante na dinâmica do clientelismo na instrução pública. Ora apresentado como acionador do patronato, ora como vítima do partidarismo, ele era uma peça sensível às condições políticas do momento, podendo mover-se ou ser movimentada de acordo com o jogo político em ação. Enfatizaremos nesta análise, a ação do clientelismo na profissão docente, nos aspectos que intervinham diretamente no cotidiano escolar, como a remoção, a demissão de professores e a nomeação de substitutos, nem sempre preparados para a função. É importante lembrar que as relações clientelísticas ocorriam por outras vias, que não apenas a ingerência direta da administração provincial e das autoridades locais, tão repetidamente chamadas de os *mandões d'aldeia*. As assembleias provinciais, sobretudo quando opositoras dos governos, podiam aprovar disposições movidas pelo clientelismo não favorável ao indicado pelos representantes governamentais. O deputado liberal e anticlerical, Joaquim Cabral, condenou a medida proposta pela assembleia paraense de maioria conservadora, em 1883, e presidida pelo polêmico cônego Siqueira Mendes<sup>12</sup>, de suprimir as cadeiras elementares de Cametá-Tapera e Pacajá e mandar dar gratificações a dois professores particulares das localidades. Cabral viu na medida um anacronismo com relação à época, assim expressando a sua indignação: “Quando no século XIX uma Assembleia prejudica o ensino publico para proteger a dous amigos politicos de um modo tão escandaloso, basta apontar o facto, dispensam-se os commentarios” (A Constituição, 11 jun. 1883)<sup>13</sup>.

---

12. Manoel José de Siqueira Mendes nasceu na cidade de Cametá, Pará, em 1825. Era presbítero secular, nomeado cônego da sé paraense. Foi lente de latim do Liceu de Belém, lente de teologia do seminário episcopal e fundou um colégio na capital, e outro em Cametá. “Foi deputado provincial por várias vezes, deputado geral e senador do Império e administrou sua província por três vezes, como vice-presidente” (Blake, 1895, vol. VI, p. 30).

13. Assembleia Legislativa da Província do Pará. Discursos pronunciados na sessão ordinária em 3 de abril de 1883.

A imprensa, liberal ou conservadora, utilizou todas as armas de combate a essa prática, acusada de ser o maior entrave existente durante desenvolvimento da instrução popular. O combate à *politicagem* suscitava lutas apaixonadas por constituir-se uma arma poderosa contra os adversários políticos, os quais, sendo da situação, passavam a ocupar o lugar do abuso do poder em prol de seus interesses eleitorais. Portanto, tanto os governos de conservadores quanto os de liberais sofreram intensa campanha da imprensa adversária contra o uso da estrutura da instrução pública para beneficiar protegidos e punir opositores políticos.

A retórica da necessidade de neutralidade na instrução provinha de políticos e administradores de ambos os partidos, liberal e conservador. O discurso indignado do deputado liberal da assembléia paraense, Joaquim Cabral, demonstra o sentimento de que,

Se a instrução deve ser objecto da politica larga e generosa de principios, deve tambem ser collocada fóra da acção da *politicagem dos mandões*. A instrução é uma cousa séria, devia estar livre d'essas vergonhas (A Constituição, 21 ago. 1883, grifos meus)<sup>14</sup>.

O presidente do Amazonas, na linha da defesa da neutralidade na instrução, discursou à Assembléia Provincial combatendo as “preocupações partidarias”, que no país todo produziam graves males, devendo a instrução ser tratada tal qual um desses terrenos neutros, como a navegação, o comércio e a indústria (Amazonas, 7 mar. 1882, p. 18). Afora a posição ingênua da isenção política de outras esferas da administração pública, percebe-se, pelas denúncias, que o clientelismo na instrução pública, na região, extrapolava o aceitável para o período, levando aqueles que se sentiam prejudicados não só a denunciar, mas a pedir ou propor formas de proteger o magistério das investidas clientelísticas relacionadas ao partidarismo. A adoção do concurso público para a seleção de professores efetivos foi uma medida logo adota-

---

14. Assembléia Legislativa da Província do Pará, sessão ordinária em 13 de abril de 1883.

da pelos regulamentos, não obstante as escolas elementares ou provisórias continuaram a ser regidas por não concursados.

No ano de 1878, a Província do Amazonas abriu concurso para cadeiras exercidas interinamente, sem contar com a inscrição de um só candidato, apesar das várias tentativas, a situação ainda foi registrada até meados do ano seguinte. Para um presidente, as cadeiras ficavam eternamente em concurso por falta de pessoas habilitadas para preenchê-las. O receio era causado pelas provas de capacidade exigidas pelo regulamento, diz o relatório (Amazonas, 1878, p. 7). No entanto, é forçoso lembrar que mesmo o professor efetivo (por concurso ou título de habilitação) tinha garantias bastante restritas no magistério, adquirindo a vitaliciedade após cinco anos de trabalho, período no qual estava sujeito às mudanças de governo e da política. Embora tenha sido muitas vezes burlada, a instituição do concurso denota o grau de preocupação e a vontade política de alterar o quadro de práticas tão denunciadas, como o patronato, a afilhagem e os favores eleitorais da parte tanto de liberais quanto de conservadores<sup>15</sup>. Quando finalmente o governo amazonense conseguiu realizar o concurso para professores primários, o relatório de agosto de 1879 relaciona apenas três indivíduos aprovados, de sobrenome “Salgado”, gerando a suspeita de que, mais do que boa instrução, a família contava com bons protetores (Amazonas, 26 ago. 1879, p. 39).

No primeiro relatório paraense do período tratado neste artigo, o presidente acusa “o patronato e a política” pelo embaraço no ensino da província, ao premiar-se a ignorância ao invés do mérito (Pará, 1870, p. 11). Abel Graça toca numa ferida conhecida de todo o Império brasileiro: a afilhagem e o favorecimento político permeavam a administração pública do país, condicionando a distribuição de cargos à rede de favorecimentos dos protetores. O patronato, constituído pela proteção de indivíduos desejosos de ter um emprego público por não possuírem

---

15. Richard Graham (1997, p. 326) esclarece que o concurso, instaurado para algumas funções da estrutura de poder imperial, de forma a prevenir alguns dos piores abusos do sistema clientelista, não eliminava a importância de um protetor, pois uma carta de recomendação podia mudar os seus resultados.

outros meios de vida, continuará a ser denunciado nos anos seguintes, e medidas para coibi-lo serão anunciadas. Segundo o presidente do Pará, Domingos José da Cunha Junior, homens que não possuíam escravos para a lavoura, ou indivíduos sem meios para seguirem a carreira comercial recorriam à cadeira de primeiras letras, não sem antes acionarem os seus protetores. O “manto afagador” da proteção afastava os mais habilitados das escolas e comprometia sua fiscalização e a disciplina, males anunciados no início da década de 1870 (Pará, 1 jul. 1873, p. 16). A criação da escola normal nesse período foi motivada pela intenção de habilitar os professores para o magistério e formar um corpo de candidatos aptos para a seleção de professores via concurso<sup>16</sup>. O Pará, com certeza, passou a contar com um professorado mais preparado para o magistério, contudo, a documentação mostra que o sistema clientelista soube adaptar-se às novas circunstâncias. Não era a falta de pessoal habilitado que alimentava o sistema, como muitas vezes tentou-se fazer crer.

Na instrução, a prática clientelista era particularmente nefasta, pois a rede escolar, espalhada por territórios isolados pelas grandes distâncias, favorecia o abuso no exercício da função, como demonstram as cartas levadas aos jornais. Contudo, faltam, nesta análise, estudos que nos permitissem comparar o entrelaçamento entre o clientelismo e a instrução pública em outras províncias. Richard Graham afirma que o clientelismo sustentava todo ato político no país, visando, na sua articulação com o sistema político brasileiro, evitar que conflitos sociais eclodissem instaurando a desordem e a destruição de um modo de vida que favorecia os donos de terras. A prática clientelista envolvia tanto o preenchimento de cargos públicos quanto a proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem-terra. Graham ressalta a importância das eleições nas vilas e cidades do século XIX, argumentando que as eleições testavam e ostentavam a liderança do chefe local, pois os votantes, em dois turnos, escolhiam as figuras mais proeminentes do local para formar os colégios eleitorais, os quais, por sua vez, escolhe-

---

16. O Pará e o Amazonas instalaram seus cursos normais no início das décadas de 1870 e 1880, respectivamente.

riam deputados para o congresso. A ressalva é pertinente ao nosso estudo, pois contribui para desvendar o envolvimento do cargo de professor público na política local, engendrada pelas lideranças dos povoados, vilas e cidades do interior do Pará e do Amazonas.

No início da década de 1880, Corrêa de Freitas, tendo já bons anos de experiência à frente da Diretoria de Instrução do Pará, sentiu-se à vontade para classificar a política em duas categorias: a nacional, representada pela *grande* ou *geral política*, e a provincial ou local, denominada ironicamente de *política pequena*. Se a primeira é por ele glorificada e identificada como oriunda do “centro mais civilizado do país”, a segunda é política e geograficamente determinada pela maior ou menor proximidade das capitais das províncias. O diretor constrói uma espécie de geo-política da *politicagem*, calcada na maior ou menor distância da vida política dos centros urbanos principais, ou seja, a corte e as capitais. Quanto mais longe das capitais, mais pronunciada e ativa se apresenta a *política pequena*, fato negativo, pois é qualificada como, “Mesquinha e vingativa, e é capaz para chegar a seus fins de deprimir, injuriar e caluniar”<sup>17</sup>.

Há mais de cinco anos dirigindo o ensino público na província, o diretor testemunhou os dissabores dos professores que não se amoldavam à vontade dos “potentados das localidades”, caracterizados por ele como “ignorantes e desarrazoados”. Corrêa de Freitas orientava os professores a não se envolverem com política, que não fossem chefes de partidos e mesmo políticos militantes, no que ele afirma ter sido seguido pela maioria. Deles esperava-se que fossem reservados em suas idéias políticas, garantindo a simpatia e a consideração dos “pais de família”. Tamanha reserva ou indiferença em relação à política partidária não implicava o desinteresse aos assuntos públicos, pois como

Cidadãos brasileiros e interessados no desenvolvimento moral do paiz, os professores não devem ser indiferentes á marcha da administração publica,

---

17. Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública do Pará. Em Pará, 15 de fevereiro de 1881, anexo A, p. V.

pois, como elementos do progresso, cumpre-lhes concorrer com seus votos para que se firme e se mantenha no paiz uma politica ordeira, livre, progressista e honesta<sup>18</sup>.

Nesse mesmo volume, no relatório apresentado pelo presidente José Coelho da Gama e Abreu, é descrito o envolvimento dos professores das pequenas localidades do interior com a política, referindo-se ao passado. O professor, em locais com diminuto pessoal, tornava-se ou era constituído chefe de partido, prática que se refletia diretamente no modo de reger as cadeiras e na relação com os alunos. Mais uma vez, as queixas dos interessados pressionaram o governo, as quais, segundo Gama e Abreu, levaram-no a sindicar as ocorrências e a corrigir os professores (Pará, 15 fev. 1881, p. ).

A ação do governo junto à instrução primária, sobretudo nas pequenas localidades, encontrou analistas na imprensa amazonense que, por motivações diversas, se empenhavam em destrinchar os meandros do apadrinhamento político na educação. A *patronagem* nas nomeações dos professores das escolas primárias disseminadas pelo Amazonas foi flagrada pela *Revista do Amazonas* relacionou à dependência da imprensa local à “ação governamentiva”. No artigo “A instrução publica, o jornalismo e o governo do Amazonas”, o autor acusa o atraso da instrução pública pelo fato de o povo não ler jornais, agravando a dependência da imprensa aos cofres provinciais. Com exceção das escolas da capital, e de algumas cidades e vilas, o esquema de nomeações funcionava através do *empenho*<sup>19</sup>. Na série “A educação e o Estado”, o jornal *Commercio do Amazonas* esquadrinha a relação entre o governo e o professor público pelo ponto de vista político, quando os governos tentavam transformar o cargo em instrumento eleitoral. O artigo desnuda a

---

18. Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública do Pará. Em Pará, 15 de fevereiro de 1881, anexo A, p. V.

19. *Revista do Amazonas*, 5 de junho de 1876, n.4. A revista lutava para manter-se com as assinaturas, as quais, não provinham de forma majoritária da capital. Eram 78 assinantes no total, sendo na capital 20, no Solimões 53, e no Rio Negro 5.

engrenagem da pressão política sobre os professores exercida por governantes do Amazonas, independente de suas posições partidárias, obrigando o professorado a recorrer a largo jogo de cintura caso não quisesse se sujeitar a queda de posição e encostamento em “lugares insalubres” como punição à desobediência. Na análise do colaborador,

O povo segue maquinalmente o exemplo do chefe, o governo. Este é o primeiro a macular o alto caracter do professor publico, subgeitando-o [sic] aos revezes da politica, obrigando-o a abraçar este ou aquelle partido, e se elle recusa a declarar-se, ou mesmo se se abraça qualquer delles, não terá o direito natural ao homem de conservar ou deffender suas opiniões; será obrigado a mudar-as tantas vezes, quantas forem as defferentes opiniões dos homens que se acharem no poder; e, si o não fiser, dimittem-no; ou o que é peor, removem-no para logares longinquos, subjeitando-o, e sua familia, ás consequencias terriveis da permanencia em logares insalubres e baldos de todos aquelles recursos necessarios para a conservação da saude e da vida. Pelo menos foram estas as idéas dominativas até bem pouco tempo<sup>20</sup>.

As críticas ácidas à administração da instrução e ao envolvimento do professorado nas artimanhas eleitorais não eram privilégio de liberais ou de conservadores. Sob a situação liberal, o governo paraense foi duramente atacado pela imprensa aclamada como neutra e pelos órgãos conservadores ou simpatizantes. Em 1883, um colaborador da *Revista Familiar*, sob o pseudônimo de *Senior*, dirigindo-se ao governo paraense, acusou a administração do ensino de ser uma ficção, como ocorria em outras províncias do Império. A figura do diretor da instrução pública, geralmente protegida dos achaques, foi tachada de *chefe*, a cujas inspirações partidárias submetia a sua “milícia” formada pelo professorado e pelo corpo de delegados literários. Aos adversários do diretor, infligiam-se penas, e

---

20. *Commercio do Amazonas*, Manaus, 26 de outubro de 1880. Segundo Santos et al. (1990, p. 63), o *Commercio do Amazonas* “caracterizou-se por ser um jornal aberto às diferentes correntes de opinião”. Os artigos de cunho educacional consultados revelam a postura crítica do jornal com relação aos atos do governo.

aos seus representantes nas localidades, concediam-se favores, avultando o expediente da diretoria com justificativas de faltas e pedidos de licenças com vencimentos. Protegido pelo anonimato, *Senior* conclui seu artigo de maneira contundente, refletindo o sentimento geral da imprensa da época a respeito da necessidade de distanciar a instrução da política, pois,

A magna questão da instrução publica deve ser alheia á politica; [...] que não venha a luta dos partidos que se debatem pôr dificuldades á boa ordem na administração do ensino. V.Exc. sabe que é somente o elemento partidario entre nós que a perturba, estraga e desmoralisa [*Revista familiar*, 18 fev. 1883, n. 3].

O jornal conservador *A Constituição*, na oposição ferrenha aos liberais no poder, fez suas as palavras de um morador de Muaná, Pará, revoltado com a manutenção na escola masculina de um “professor de *chapa*” sem conhecimento mínimo das matérias da instrução primária. O “Muanense” declarou que o ensino público no Brasil e, sobretudo, no Pará decaiu com a situação liberal, porque os “ouros na politicagem” sobrepujavam o “mérito do professor”, quando valeria mais a recomendação de que, “Seja um bom capanga eleitoral, será também um bom professor!” (*A Constituição*, 8 ago. 1882, carta de 16 jul. 1882).

Temos um forte indício de que a denúncia contra o professor de Muaná, feita ao jornal, teve resposta imediata da Diretoria de Instrução, resultando na transferência do professor para a escola de Barcarena. A suspeita decorre de um abaixo-assinado de vinte pais de Barcarena contra o professor público que viera de Muaná, dirigido à Presidência da Província em outubro de 1882, ou seja, três meses após a denúncia do *Muanense*. Na carta enviada ao jornal *A Constituição*, os reclamantes informam que o dito professor já estivera em Muaná, onde teve o mesmo procedimento de desrespeito ao magistério (*A Constituição*, 25 fev. 1883, carta de 15 out. 1882). Já os “pais de Barbacarena”, não foram atendidos em seu pedido. Por uma carta remetida pelos pais ao redator, em março de 1883, o público é informado de que o diretor da instrução nada fez para atender ao abaixo-assinado enviado no ano anterior (*A Constituição*, 17 mar. 1883).

Mesmo considerando a hipótese de que o autor da carta de Muaná estivesse defendendo um “amigo”, ou seja, o professor que fora preterido pelo diretor da instrução para ocupar a dita cadeira, é fato que o uso da instrução pública como “instrumento de política”, mais do que causar incômodo, afetou diretamente as escolas primárias, ao determinar a seleção, a remoção e a demissão de professores, afora a intimidação e a opressão por que muitos devem ter passado. Outros aproveitaram-se da situação, valendo-se do privilégio do cargo público/político para obter ganhos pessoais, como é corroborado pelas mais diversas denúncias contra professores. O *Muanense*, seguindo os discursos que defendiam o caráter apolítico da instrução, asseverou que na instrução “só deve reinar a neutralidade pelo amor á educação dos meninos, que são os nossos futuros cidadãos” (A Constituição, 8 ago. 1882).

De julho a novembro de 1882, o jornal do Partido Conservador do Pará publicou em torno de cinco matérias com denúncias do uso partidário do diretor interino da instrução pública na província, Americo Marques de Santa Rosa, que pela informação do jornal, era chefe do partido liberal<sup>21</sup>. Além das denúncias do favorecimento de professores pela *afilhadagem* e pelo *compadrio*, como teria ocorrido em uma escola da capital e em todas da cidade de Vigia, há outras gravíssimas, como a interferência em concursos e exames públicos. Começando a denúncia, noticiando que, “Da Vigia nos escrevem”, o público é informado dos “efeitos desastrados” da administração de Santa Rosa. Além dos “títulos de *afilhadagem*” dos mestres, os alunos não foram interrogados sobre os rudimentos da moral e da religião nos exames escolares, levando os denunciantes a proclamar que “O povo vive descontente vendo, que sendo elle christão, estão ensinando aos meninos o desprezo pela religião de todo este povo” (A Constituição, 28 nov. 1882).

As denúncias do ano são fechadas com o tom irônico do título *Ainda bñilis*, com críticas ácidas à “exclusão de amigos nossos do magistério”, à

---

21. Santa Rosa foi diretor interino da instrução até maio de 1884, quando solicitou exoneração do cargo. Em 1883, representou o Pará no Congresso Pedagógico da Corte (Pará, 7 jan. 1884; 24 jun. 1884). Ele voltou ao cargo em 1889.

demissão acintosa de delegados literários e à reprovação nos exames de preparatórios de filhos dos adversários do diretor, com a subsequente proteção de filhos dos seus amigos. De acordo com a lista publicada, entre 18 examinandos, somente dois eram conservadores (*A Constituição*, 30 mar. 1882). Nos dois anos seguintes, as denúncias do jornal conservador contra o diretor liberal continuam basicamente tratando das nomeações de professores “ignorantes” ou dedicados a outras atividades além do magistério<sup>22</sup>.

*O Liberal do Pará* insiste na mesma problemática apontada por toda a imprensa, engajada ou neutra: era preciso proteger os professores dos “caprichos dos mandões d’aldêa e das violencias das paixões partidarias” (*O liberal do Pará*, 30 mar. 1883). O desacordo começava na identificação dos acionadores do sistema clientelista e das medidas para controlar os efeitos danosos ao ensino. A lei que reformou a instrução pública em 1880 criou alguns instrumentos, como a garantia de “inamovibilidade ao professor sem prejuizo de direito ao acesso por meio do concurso estabelecendo-se o processo administrativo para os casos de remoção e demissão definidos pela lei”<sup>23</sup>. A lei reformou o conselho diretor da instrução pública e buscou interessar as localidades na inspeção das escolas com a criação dos conselhos paroquiais. As denúncias posteriores à lei mostram que imensos foram os obstáculos encontrados no esforço de demover da instrução o ranço clientelístico, presente em toda a estrutura do Estado imperial. Tamanho desmonte jamais foi alcançado mas, sem dúvida, o embate fez parte do processo de construção da escola pública no Brasil.

Nos anos de 1883 e meados de 1884, o jornal conservador, *A Constituição*, manterá o canal aberto para as denúncias de abusos e arranjos do professorado, porém, preservando a figura do diretor da instrução. Com a volta dos conservadores ao poder em 1884, esse papel de denun-

---

22. Esses aspectos, referentes à situação e à atuação dos professores, relatados nas cartas e abaixo-assinados de moradores ou pais de família, são analisados em Rizzini (2004).

23. Relatório da Diretoria da Instrução Pública do Pará. Em: Pará 18 de setembro de 1889, anexo, p. 32. Diretor: Americo Santa Rosa.

ciante é restabelecido na imprensa liberal. Contudo, a imprensa conservadora não somente serviu de canal para as denúncias, pois abriu espaço nos editoriais e artigos para avaliações críticas da instrução no Brasil. Na série “Os conservadores e a instrução pública”, publicada em 1883 no jornal *A Constituição*, o colaborador buscou comprovar o progresso da instrução na gestão conservadora e analisou práticas que dificultavam o desenvolvimento da instrução pública no Pará, sobretudo o *patronato* e a *afilhadagem* sob o governo liberal, e defendeu a instrução inserida em “campo neutro”, acima de qualquer interesse partidário ou individual.

O autor (anônimo) reconhece que liberais e conservadores possuíam princípios semelhantes, concernentes à importância da instrução para o progresso do país, mas desconfiava das reais intenções dos liberais, os quais sustentariam um discurso “só para inglês ver”. Assim, ele defendeu seu ponto de vista, afirmando que,

Os liberaes, em these, sustentam estas mesmas verdades, constituindo-se amantes da instrução, obreiros do progresso e regeneradores da sociedade; mas isto é só para inglês vêr: na pratica procedem de modo diverso, antepondo o progresso material ao moral, preferindo as despesas de méro luxo ás essenciaes e indispensaveis, a afilhadagem ás necessidades sociaes (A Consituição, 17 maio 1883).

Um dos aspectos tidos por problemáticos, não só pelo autor dos artigos, mas por muitos diretores de instrução do Pará e do Amazonas, referia-se ao provimento das escolas elementares ou provisórias. A lei de 1880, aprovada por assembléia de maioria liberal no Pará, determinou que

para o provimento das escolas elementares serão preferidos os professores normalistas, e na falta destes serão as cadeiras providas por cidadãos de reconhecida moralidade, que provem perante a presidencia da provincia idade maior de 21 anos, não terem sofrido condenação por crime infamante e não padecerem molestias que os incompatibilize com o magisterio.

O articulista conservador observa que essa disposição vinha sendo fraudada (no período do governo liberal), pois “Por toda a parte são as escolas elementares dirigidas por individuos completamente ignorantes, com bem poucas excepções, contanto que sejam governistas” (A Constituição, 1 maio 1883)<sup>24</sup>.

Após a queda do gabinete liberal em 1884, e a volta ao poder dos conservadores, o jornal liberal, *A Província do Pará*, reinicia a campanha crítica aos atos dos governos conservadores. Atacando a *guilhotina* colocada em praça pública pela situação conservadora, o jornal *A Província do Pará* denunciou, em 1885, as demissões na Secretaria de Instrução Pública, todos liberais, a exceção de um inspetor de alunos, preservado dos cortes por ser conservador (A província do Paraná, 11 out. 1889). A *derrubada e remonta* nas instituições educacionais da província, sobretudo as da capital, como o Instituto de Educandos Artífices, a Escola Normal e o Liceu, arrebatarem as atenções dos jornalistas. O jornal informa que em 19 dias, a vice-presidência demitiu 100 empregados públicos, além das mais de 500 autoridades policiais, que ocupavam cargos de confiança. Professores e professoras da instrução primária também foram atingidos (A província do Paraná, 6 out. 1885).

Segundo *A Província do Pará*, as duas províncias que compunham a “Amazonia brasileira” vinham tendo os diversos ramos da administração pública desorganizados pelas presidências, entulhando as repartições com “gente inepta”. Instituições, como os institutos de educandos artífices do Pará e do Amazonas, sofriam diretamente com a invasão dos *afilhados*, a começar pela direção, substituída por individuos despreparados (A província do Paraná, 27 nov. 1885). A instrução pública primária também foi atingida pelas nomeações apressadas, segundo notícia de 1885 publicada no jornal amazonense *A Província*, de tendência liberal. Novas escolas estavam sendo criadas em diversos distritos de paz do Amazonas, os quais já as possuíam, iniciativa que cabia à Assembléia Provincial tomar. Individuos analfabetos vinham sendo nomeados

---

24. O autor citou o artigo 4º da lei 1.030 de 7/5/1880.

interinamente, denúncia que, volta e meia, era lançada por opositores políticos, fossem eles liberais ou conservadores. O jornalista vê um trágico destino para o ensino primário na Província, ao proclamar que “Agora os discípulos passarão a ensinar o mestre” (A província, 27 set. 1885)<sup>25</sup>.

## O saldo final da *politicagem* na instrução do povo: a avaliação de diretores e visitantes

Até o fim do Império, os agentes da instrução pública se debaterão com a trama política engendrada pelo revezamento entre liberais e conservadores no poder. Relatórios de visitantes escolares e diretores da instrução do Amazonas e do Pará, dos últimos anos do Império, denunciam os estragos causados pelos confrontos político-partidários dos agentes educacionais. Assim, ao apagar as luzes do regime, a diretoria de instrução do Amazonas emitirá um relatório pleno de denúncias graves contra os desmandos do ex-diretor sob a situação conservadora, o Vigário Geral da Província, cônego Raymundo Amancio de Miranda. O cônego fora convidado, em janeiro de 1887, para a direção da instrução pública, quando exercia o cargo de diretor do Instituto Amazonense de Educandos Artífices (Amazonas, 10 jan. 1887, p. 14)<sup>26</sup>.

O ex-diretor fora destituído do cargo a bem da moralidade pública da administração por ter colocado a instrução à “margem de tudo”, no-

---

25. O jornal denuncia também a *politicagem* no Instituto de Educandos do Amazonas.

26. O relatório citado é de junho de 1889 (Amazonas, 2jun. 1889).

Amazonense, Raymundo Amancio de Miranda nasceu em 1848, e cursou teologia no seminário de S. Sulpício na França. No Brasil, recebeu as últimas ordens sacras e foi nomeado lente de moral do seminário de Belém, passando depois a capelão do colégio do Amparo para meninas desvalidas e professor de religião da Escola Normal. Posteriormente, no Amazonas, exerceu diversos cargos religiosos e públicos, tendo sido vigário-geral do Alto-Amazonas, diretor geral dos índios, vice-presidente da província por duas vezes em 1888 e diretor geral de instrução pública (Blake, Sacramento, vol. VII). A atuação dos sacerdotes na instrução pública das províncias amazônicas, durante o bispado de dom Antonio Macedo Costa, é analisada em Rizzini (2004).

meando pessoas sem habilitação, removendo professores sem critério algum, demitindo outros com diploma efetivo e fraudando concursos. Nunca um diretor de instrução da província fora tão atacado em relatório oficial. A sua condição de sacerdote e homem público, conservador na política e na religião, aliada aos seus atos polêmicos, suscitara protestos entre seus opositores. Amâncio de Miranda fora também vice-presidente em exercício no Amazonas, cargo pelo qual acumulara alguns desafetos, pelas remoções e nomeações feitas a toque de caixa, em julho de 1888<sup>27</sup>. Somos informados pelo relatório do novo diretor da instrução, o advogado Agesilão Pereira da Silva, ex-presidente da província, que o padre acumulava o ordenado de diretor com os vencimentos de presidente da província<sup>28</sup>. O relatório do (suposto) desmonte da instrução pública, causado pelos atos do cônego, revela-nos que ao final do Império, o sistema de ensino no Amazonas se mostrava frágil e suscetível à sanha clientelista de um diretor que tinha mais poder do que, se exigia ou do que era conveniente para o exercício do cargo.

No segundo semestre de 1889, um relatório mais contundente foi produzido no âmbito da instrução pública do Amazonas. Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, visitador extraordinário das escolas públicas do Rio Solimões, apresentou à presidência um diagnóstico da instrução oficial em toda a província, em que o tom predominante é o da decadência<sup>29</sup>. Escolas abandonadas pelo poder público e pelos alunos, com móveis imprestáveis, professores e inspetores despreparados e sem respeito às leis compõem o quadro descrito pelo visitador, em que nem mesmo as 22 escolas da capital se salvavam dos abusos e da inércia dominantes no ramo. Embora conhecesse bem a política local, Bento Aranha evita no-

---

27. O jornal *A Província do Pará* (20 jul. 1888), que comungava as idéias do partido liberal, denunciou uma série de atos da administração interina do cônego.

28. Relatório da Diretoria da Instrução Pública do Amazonas. Em Amazonas 2 jun. 1889, p.24. Pereira da Silva assumiu a administração do Amazonas em maio de 1877, exercendo-a até meados de 1878.

29. Citado por Uchôa, (1966, pp. 191-196). Segundo Agnello Bittencourt (1973, p. 135), o jornalista amazonense Bento Aranha foi aprovado no exame de professor de primeiras letras em Belém (1865) e nomeado professor em Manaus (1874).

mear a facção e os governantes responsáveis pelo desmonte da educação. No entanto, data com precisão o período em que se deu o processo: na vigência dos regulamentos de 1873, 1881, 1886 e 1888, pelos quais, ao contrário de 1883, o presidente da província podia mandar instalar cadeiras do ensino primário nos distritos de paz onde não estivessem criadas por lei especial. Vê-se que Bento Aranha localiza o surgimento do problema na administração conservadora, atribuindo à iniciativa da presidência liberal a eliminação dos abusos através do regulamento de 1883, quando as cadeiras vagas ou criadas deveriam ser providas somente por concurso, até o término de sua vigência, em 1886. Nesse ano, o novo regulamento instituiu o provimento interino pelo presidente da província quando vagasse qualquer cadeira de instrução pública primária ou secundária, até o seu preenchimento efetivo por concurso.

Se o quadro apresentado pelo visitador, ao fechar as cortinas da monarquia, era desolador, em períodos anteriores, a instrução também não fora poupada das críticas e propostas de mudanças. Em 1883, o presidente liberal José Paranaguá nomeou o conselheiro Joaquim Maria Nascen-tes de Azambuja inspetor extraordinário das escolas públicas de Parintins e Itacoatiara. Muito impressionou ao visitador que em povoações importantes, tão próximas da capital e com tantas crianças em idade escolar, o ensino público estivesse em condições tão desfavoráveis.

Azambuja (1884) poupa pais e professores de críticas mais severas e centra sua atenção na precariedade das escolas, onde faltavam os materiais, compêndios e utensílios considerados indispensáveis ao ensino<sup>30</sup>. Pais, tutores e protetores retiravam as crianças dos estabelecimentos públicos, confiando a sua instrução e educação a “pessoas que não são da profissão, mas prestão seus serviços por caridade, ou afeição particular” (p. 120). O inspetor atesta que, mesmo em povoados próxi-

---

30. No regimento interno das escolas proposto à presidência, o inspetor arrolou como mobília necessária às escolas, a imagem do Senhor Crucificado, o retrato de V.M. o imperador, um relógio, um armário, uma mesa com estrado e uma cadeira de braços para o professor, cadeiras para os visitantes, uma esfera celeste e outra terrestre, um atlas, mapa do Brasil e outro da província do Amazonas, dentre outros materiais, como os relativos às prendas domésticas.

mos à capital, as famílias recorriam aos seus contatos ou laços para instruir seus filhos quando, por ineficiência daqueles que os regulamentos tentavam profissionalizar, os alunos nenhum aproveitamento obtinham. E lamenta que, em todo o interior da província, o pouco ou nenhum aproveitamento era a causa primeira da deserção nas escolas. Nesse ponto de seu relatório, o inspetor recusa o estereotipo da indolência da população, chegando a afirmar que a ela não se fazia a devida justiça. Os moradores que se decepcionavam com a escola oficial buscavam seus próprios meios para fazer educar os meninos. A ausência do aluno nas aulas, através da não matrícula, da baixa frequência ou da deserção, constituiu um grave empecilho à propalada difusão da instrução pelo interior do Amazonas.

O último relatório da diretoria de instrução do Pará disponível é da metade do ano de 1889, escrito por Americo Santa Rosa, diretor experiente pelos anos que já atuara na função. O tom do relatório não é otimista: Santa Rosa anuncia o atraso da instrução na província, em razão principalmente da “política transviada de seus generosos intuitos”, situação que segundo o diretor, todos deploram, mas poucos têm coragem de combater. O Pará, a despeito das inúmeras reformas e das leis promulgadas em prol da difusão da instrução pública, vê-se perto do final do século, à mercê das “paixões partidárias”, entregue aos “cálculos mesquinhos dos partidos”, na avaliação de Santa Rosa. Mais uma vez, a situação passada é acusada de golpear duramente a instrução, entregando-a a mãos inábeis, removendo professores de forma acintosa e cerceando suas garantias<sup>31</sup>. Os “inimigos da instrução” não deram trégua aos intuitos dos governos de promover a educação do povo, diriam conservadores e liberais, ao olhar para as agruras da instrução no Pará e no Amazonas.

Instaurado o regime republicano, o diretor geral da instrução pública do Pará, José Verissimo (1892, p. V), anuncia o “triste estado da nossa instrução publica”, inventariando como principal causa da situação do ensino em 1890, a “invasão do partidarismo, viciando a propria

---

31. Relatório da Diretoria da Instrução Pública do Pará. Em Pará, 18 set. 1889, anexo, p. 29.

fonte da instrução publica, procurando sempre fazer do professorado um corpo, e das diferentes funções da alta administração da instrução publica um fato eleitoral”.

## Considerações finais

Nos últimos decênios do século XIX, os governos das províncias amazônicas começaram a investir na formação e profissionalização do professor primário, criando as escolas normais e estabelecendo regras para a seleção de professores em que a condição de normalista fosse pré-requisito para o provimento efetivo das cadeiras. Até o final do século, professores interinos continuaram sendo nomeados no interior do Amazonas e do Pará, tendo ocorrido, no entanto, um aumento gradativo no número de professores efetivos e vitalícios, reduzindo o caráter provisório e leigo do cargo. Possivelmente, até a mudança do sistema eleitoral na República, as cadeiras do interior mantiveram o seu humilde papel na hierarquia eleitoral, quando os regentes, de acordo com a sua renda anual, podiam ser eleitores de cargos provinciais e também nas assembleias paroquiais que, por sua vez, indicavam os eleitores da província, direitos políticos garantidos pela Constituição do Império. Para Cynthia Veiga (2002), a influência local do professor poderia explicar o “investimento na produção do lugar do professor como empregado público, favorecedor ou não das redes clientelísticas de poder, em detrimento de sua formação profissional” (p. 8).

Muitas questões permanecem sem respostas com relação à escola pública do século XIX. O crescimento do número de escolas no interior estaria condicionado às práticas clientelistas? Apesar da tônica civilizadora e salvacionista dos discursos, teriam sido os arranjos políticos a principal motivação dos administradores e legisladores para a criação das escolas nas pequenas localidades do interior amazônico? Quem eram os moradores que solicitavam o estabelecimento das cadeiras, quais eram os seus motivos? Estariam prestando favores aos potentados locais ou aos pobres professores que dependiam do emprego para sobreviver, ou percebiam na instrução oficial possibilidades de ascensão so-

cial de seus filhos e protegidos através da ocupação futura de cargos (eleitorais ou por indicação) na estrutura do Estado? Essas são questões em que, através da documentação tratada neste estudo, buscamos vislumbrar saídas, indicar hipóteses. As experiências provinciais de instrução elementar vêm sendo alvo de um número crescente de estudos nos últimos anos, mas a sua complexidade provocada pelas inúmeras implicações da instituição escolar junto das mais diversas instâncias da sociedade torna a temática extremamente rica de possibilidades de pesquisas a desenvolver. As implicações do clientelismo e a produção do lugar de professor como empregado público são, por exemplo, temas que permitem ampla exploração, por exporem a tensão entre as construções legais e as práticas sociais, políticas e culturais (Schueler, 2002).

## Referências bibliográficas

AMAZONAS. Relatórios dos presidentes de província e dos diretores da instrução pública, 1870-1889. (RPAM).

AZAMBUJA, Joaquim Maria Nascentes de. *Doutrinas pedagógicas e elementos de instrução publica organisadas pelo Conselheiro D'Azambuja para uso das escolas de ensino primario especialmente das Províncias do Amazonas e do Pará*. Pará: Typ. do Livro do Commercio, s.d. [1884].

AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992.

BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. (Academia Amazonense, 4).

BLAKE, Sacramento (1895). *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. *Uma história impressa*, s.l.:s.ed., s.d. (mimeo).

GONDRA, José; LEMOS, Daniel. *A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem escolar*. Rio de Janeiro: UERJ, s.d. (mimeo).

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte Imperial (1870-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Social das Idéias) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

PARÁ. Relatórios dos presidentes de província e dos diretores da instrução pública, 1870-1889. (RPPA).

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, Francisco *et al* (1990). *Cem anos de imprensa no Amazonas (1851-1950)*: catálogo de jornais. Manaus: s.ed.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870-1890)*. Niterói, 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

UCHÔA, Júlio Benevides. *Flagrantes educacionais do Amazonas de ontem*. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas.

VEIGA, Cynthia Greive. A institucionalização das cadeiras de instrução elementar em Minas Gerais no século XIX e a produção da profissão docente. II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. Anais... Natal 2002.

VERISSIMO, José. *A instrução pública no Estado do Pará em 1890*. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Justo Leite Chermont, governador do Estado por José Verissimo, director geral. Pará: Typ. de Tavares Cardoso & Comp, 1892.

## *Periódicos*

A BOA NOVA. Belém: Typ. da Estrella do Norte; Typ. da Boa Nova, 1873 e 1883.

A CONSTITUIÇÃO. Órgão do Partido Conservador. Belém: Typ. da Constituição, 1877, 1882-1884, 1885.

A PROVINCIA. Órgão das ideias democraticas e dos interesses do commercio. Manáos: Typ. da Provincia, 1878-1885.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém: Typ. do Futuro. 1876-1877, 1885, 1888.

COMMERCIO DO AMAZONAS. Organ do Commercio. Manáos: s.ed., 1875, 1880.

O LIBERAL DO PARÁ. Orgão do Partido Liberal. Belém: Typ. do Jornal do Pará; Typ. do Liberal do Pará, 1883.

REVISTA DO AMAZONAS. Publicação mensal sobre explorações de rios, catechequese e civilização de índios, colonisação, agricultura, industria &. Provincia do Amazonas: Typ. do Commercio do Amazonas, 1876.

REVISTA FAMILIAR. Periodico dedicado ás familias. Belém: Typ. do Commercio do Pará, 1883.

Endereço para correspondência

Irmã Rizzini

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ),

Faculdade de Educação.

Av. Maracanã, 524 - Maracanã

Rio de Janeiro, RJ - Brasil

CEP: 20550-900

irma.rizzini@csp.org.br

Recebido em: 24 ago. 2005

Aprovado em: 24 out. 2005